

## RELAÇÕES DE PODER E SABER: O DISCURSO DA HISTÓRIA À LUZ DE MICHEL FOUCAULT

Luana Teixeira Porto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Resumo:** Este artigo examina o discurso da história acerca do Holocausto divulgado em manuais e livros de história do Ensino Fundamental no Brasil, procurando demonstrar como estes discursos são construídos de forma a privilegiar determinada versão sobre tal episódio histórico. A partir das concepções de Foucault sobre discurso, saber e poder e dos princípios por ele apresentados acerca do controle da produção do discurso são questionadas as versões da história que chega até os estudantes, numa postura que concebe a história como um processo não evolutivo nem harmonioso, mas repleto de conflitos e lacunas.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; Poder; Saber.

A obra de Michel Foucault pode ser dividida em duas fases principais: a da arqueologia e a da genealogia. A primeira está inicialmente exposta em *História da loucura* e mais detalhada em *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas, livro em que Foucault analisa as epistemes<sup>1</sup> acumuladas em épocas diferentes da história: a Renascença (século XVI), a Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) e a Modernidade (Séculos XIX e XX), constatando que os saberes destas épocas não formam um contínuo de avanços e descobertas, mas rupturas e descontinuidades entre seus blocos históricos, ou seja, cada saber é constituído isoladamente, sem haver uma ligação com as fases epistêmicas de outras épocas. Para Foucault, esta descontinuidade é característica também das ciências humanas, cujos objetos e métodos de investigação não estabelecem um “diálogo” com os saberes de períodos anteriores.

A fase da arqueologia estende-se até meados dos anos 70 quando *A ordem do discurso*, uma aula inaugural que Foucault ministrou no Collège de France, é publicada. Segundo José Guilherme Merquior, numa leitura crítica de Foucault, esta conferência constitui o “ponto de transição perfeita de uma problemática arqueológica para uma outra,

genealógica, ao ligar explicitamente o conceito de discurso com poder e controle”<sup>2</sup>. No entanto, a mudança da arqueologia para a genealogia não implica na eliminação da primeira em seus escritos posteriores. Conforme Barry Smart, a “archaeology did not disappear from Foucault’s analyses, it retained a secondary presence and continued to serve as a methodology for isolating and analysing ‘local discursivities’ in a manner which was complementary to genealogy.”<sup>3</sup> No último escrito da fase arqueológica, o livro *A arqueologia do saber*, Foucault já se mostra inclinado a mudar o caminho de suas reflexões ao demonstrar uma preocupação com o discurso, um tema que nunca mais abandonou.

A fase da genealogia de Foucault nos interessa especialmente, já que pretendemos articular discurso, saber e poder numa reflexão sobre o discurso da história. Como o conceito de discurso de Foucault engloba não só o discurso literário, mas também os não-literários, o discurso da história pode se constituir como um objeto de investigação à luz de formulações de Foucault. Seleccionamos discursos da história encontrados em manuais didáticos do Ensino Fundamental publicados no Brasil nos anos 70 e 80 e distribuídos a escolas. A aula inaugural de Foucault. É a obra de referência principal, embora não estejam excluídos outros textos do autor francês, necessários à abordagem que pretendemos fazer.

O Holocausto é o tema dos discursos escolhidos. Nossa opção por este tópico justifica-se por duas razões principais. A primeira é de ordem pessoal: como nossa formação fundamental desenvolveu-se no final dos anos 80 e início dos 90, os livros didáticos e de pesquisa utilizados ainda eram de décadas anteriores e apresentavam os fatos como verdade inabalável, formando uma visão unilateral e parcial sobre os eventos, o que limitava nossa possibilidade de estabelecer uma reflexão crítica acerca dos episódios históricos. Hoje, percebemos ainda mais que o conhecimento que esses livros proporcionaram acerca deste evento ímpar de nossa história recente foi insuficiente, não oportunizando uma reflexão ativa sobre a estupidez e a violência extremas do acontecimento. O segundo motivo relaciona-se à necessidade de se analisar como um discurso mantém relações com o poder e com o saber, manipulando informações e condicionando uma leitura e uma visão sobre os fatos, pautadas em interesse de dominação e controle de opinião. O debate sobre o discurso da história passa antes por uma exposição de conceitos fundamentais de Foucault.

## O CONCEITO DE DISCURSO EM FOUCAULT

Ao analisar a história das idéias e das ciências através do método arqueológico, em *A arqueologia do saber*, o filósofo abandona a noção de episteme e apresenta um novo conceito-chave, o de discurso. A concepção de discurso de Foucault não supõe uma divisão de tipos de discursos (uma classificação como o discurso da ciência, o discurso da filosofia, o discurso da poesia etc), porque para ele a categoria é única, podendo ser aplicada a diferentes áreas do saber. Nesse sentido a formulação de Foucault permite que possam constituir corpus de pesquisa o discurso da história, o discurso da medicina, o do romance etc; tanto o discurso literário quanto o não-literário são passíveis de discussão. Surge a partir destas proposições a apropriação dos conceitos de Foucault nos estudos culturais.

Essa noção de discurso que não se divide em tipologias aponta a visão de discurso como dispersão, sem aqueles “balizamentos aceitos tradicionalmente”, para usar a expressão de Roberto Machado<sup>4</sup> numa exposição sobre a trajetória arqueológica de Foucault. Para o filósofo francês, a unidade de um discurso não é apreendida pelo objeto a que ele se refere, mas pelo que se fala a respeito desse objeto. Assim um mesmo tema pode ser encontrado em mais de um discurso e um discurso pode ser constituído de vários temas.

Discurso para Foucault não está pautado em linguagem como representação de coisas<sup>5</sup>, mas na noção de discurso como *prática*; o discurso é constituído por regras e relações que o caracterizam como prática discursiva. De acordo com Foucault, o discurso como prática é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de existência da função enunciativa”<sup>6</sup>.

O discurso para Foucault é composto por um conjunto de *enunciados* heterogêneos que não estão encadeados por um princípio de unidade, sendo necessário estabelecer as regularidades do discurso para identificar a sua formação. Helena Brandão afirma que essas regras estabelecem um “sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias”<sup>7</sup>, caracterizando a formação discursiva em sua singularidade e regularidade.

Enunciado para o crítico francês não segue o conceito corrente da Lingüística (como unidade elementar do discurso e semelhante a uma frase), aqui ele assume outra definição. Segundo Merchior, os enunciados para Foucault “não são proposições lógicas nem orações ou atos de fala”<sup>8</sup>.

Nas palavras do filósofo francês, “Não é de se espantar que não se tenha podido encontrar critérios estruturais de unidade para o enunciado”, pois ele é “uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que as faz aparecer com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”<sup>9</sup>. O enunciado então só adquire significado se associado ao contexto maior do discurso, englobando relações com aquilo que enuncia, com frases e proposições que o integram e constituindo-se como um objeto concreto, ou seja, tendo uma “materialidade existencial”. A caracterização do enunciado, então, depende da forma como é usado e manipulado no discurso e da observação ao contexto em que está inserido.

Os enunciados são uma unidade fundamental de um discurso e colaboram na produção do sentido deste, já que exercem funções determinadas diante das práticas discursivas. A descrição dos enunciados que compõem uma formação discursiva é essencial ao trabalho do analista, que, de acordo com a síntese de Machado (1981), deve considerar a constituição do enunciado ao nível dos objetos, ao nível dos tipos enunciativos, ao nível dos conceitos, ao nível das estratégias.

#### A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO, SABER E PODER EM FOUCAULT

A conferência inaugural de Foucault aponta as relações entre discurso, saber e poder. Ao estabelecer esta associação, o autor abriu um campo amplo em análise do discurso, possibilitando um entendimento maior acerca do funcionamento das práticas discursivas. Em *A ordem do discurso* ele defende a tese de que o discurso é regulamentado porque há procedimentos que controlam sua produção:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>10</sup>

O discurso reflete as relações de poder ao mesmo tempo em que é efeito do poder, não há neutralidade e transparência no discurso. O saber é formado por um discurso cujos enunciados são organizados por proposições “verdadeiras”, fazendo com que o discurso seja aceito como “cientificamente verdadeiro”. Assim, o que torna questão primordial é identificar “o que *rege* os enunciados e a forma como estes se *regem* entre si”<sup>11</sup> para estabelecer um conjunto de enunciados legitimados. Que procedimentos,

então, estão vinculados à constituição desse saber? Que estratégias comandam a produção do discurso?

Na tentativa de desvendar como é exercido o controle sobre o discurso, Foucault define procedimentos que atuam na produção discursiva. As estratégias de que fala Foucault são de ordem externa, interna e de regulamentação do acesso ao saber através da rarefação do sujeito que fala. Os procedimentos externos referem-se (1) à proibição da expressão no sentido de que não se pode dizer tudo o que se pensa nem falar qualquer coisa em qualquer circunstância; (2) à rejeição de discursos considerados impertinentes, como ocorre na segregação do discurso do louco; e (3) à oposição falso/verdadeiro que determina a vontade de verdade. Este último procedimento de controle externo do discurso é fundamental para a nossa reflexão, uma vez que o discurso considerado verdadeiro é socialmente aceito e legitimado, impondo-se sobre os outros discursos e determinando ao “sujeito cognoscente” uma certa posição, um certo olhar e uma certa função. Para Foucault, essa vontade de verdade é amparada institucionalmente, como se pode perceber nos diversos segmentos que se apóiam nesse sistema de exclusão:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído<sup>12</sup>.

A vontade de verdade implica uma séria condição de acesso ao saber, visto que este se constrói através de um discurso “sério” com conhecimentos “verificáveis e úteis”: por um lado, expõe um discurso que é considerado verdadeiro porque quem o produz é uma autoridade pela qual se tem respeito e submissão, o que garante a “legitimidade” do discurso; por outro, rejeita os discursos classificados como falsos, limitando o acesso ao saber, exibindo apenas “a verdade” e excluindo outros discursos que poderiam fazer um contra-ponto. Esse procedimento de controle do discurso permite que, como no caso do discurso da história, esta se torne um saber pautado em informações manipuladas, destorcidas, ocultadas.

Os procedimentos internos do discurso relacionam-se ao comentário, autor e disciplinas. O comentário é um discurso sobre um “texto primeiro” em que há “possibilidade aberta de falar” sem deslocamento do significado original do texto comentado. O autor não é entendido por Foucault

como o sujeito que escreve, mas como “aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”<sup>13</sup>. O controle das disciplinas refere-se a “exigências complexas” preenchidas por proposições “para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina” estabelecendo fronteiras entre uma e outra disciplina através de “normas classificatórias de discursos” como explica Merckior<sup>14</sup>. Estas formas de controle do discurso não serão abordadas em nossa proposta, já que os procedimentos externos e a rarefação do sujeito que fala mostram-se suficientes para nossos objetivos.

Os procedimentos externo e interno de controle do discurso assinalam o poder subjacente à produção do discurso, podendo exercer princípios de coerção ou assumir um papel positivo na criação dos discursos. Nesse sentido é que o poder para Foucault não é estritamente algo negativo.

O terceiro grupo de procedimentos que assegura o controle do discurso refere-se aos sujeitos que falam, os quais devem seguir um certo número de regras para ter acesso ao discurso e atender a “propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos”:

Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam: ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciadas), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.<sup>15</sup>

Assim o número de sujeitos que produzem discursos aceitos é limitado e apenas um certo conjunto de discursos é difundido, o que implica numa dupla rejeição: a dos sujeitos que falam e a dos discursos. Nesse sentido, volta-se à questão do saber: a exclusão de sujeitos e de discursos limita o acesso a um saber mais completo na medida em que diversas vozes são silenciadas e diversos discursos são rejeitados. Numa escala mais ampla, o acesso ao discurso e, conseqüentemente, ao saber obedece a certos poderes que estão embutidos na consagração de determinados sujeitos e discursos.

## O DISCURSO DA HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DE PODER E SABER

Foucault apresenta um método para abordagem dos discursos, o qual utilizamos para análise do discurso da história. O autor apresenta quatro postulados básicos para realizar tal tarefa: o princípio de inversão, o de

descontinuidade, o de especificidade e o de exterioridade. O princípio de inversão consiste na mudança de ótica diante de um discurso: em vez de reconhecer seus conceitos como algo positivo, deve-se olhá-los negativamente e colocá-los sob suspeita, questionando os valores vinculados no discurso. O princípio de descontinuidade supõe a verificação de lacunas, contradições, do não-dito, do que está ignorado ou excluído. O princípio de especificidade prima pelo desvendamento da “violência” exercida pelo discurso ao dar significado às coisas. O quarto princípio, o de exterioridade, aponta para o exame das condições externas (sociais e políticas, por exemplo) que fazem com que um discurso se sobreponha aos outros.

O autor francês afirma que a vontade de verdade é apoiada por suportes institucionais como os livros e, como o discurso da história em questão é veiculado em livros didáticos, pressupomos que tais objetos expressem essa vontade de verdade. Os livros apresentam um “discurso verdadeiro” em que apenas a versão (supostamente) “verdadeira” é exposta, o que garante a valorização desse discurso. Este, apoiado pelo sistema escolar, coloca-se em oposição aos discursos “falsos”, como, por exemplo, o discurso das vítimas, o discursos dos sobreviventes, o discurso da comunidade internacional, o discurso de organizações não-governamentais etc, os quais, por não serem pronunciados por sujeitos dotados de poder e autoridade, são condenados e tornam-se subordinados ao discurso “verdadeiro” e que é, portanto, dominante.

Como já dissemos, este é um procedimento de controle externo do discurso que faz com que um discurso se torne aceito e legitimado e imponha-se sobre os outros, fazendo com que o “sujeito cognoscente” interiorize uma posição, um olhar e uma função determinados. Tal situação limita o acesso ao saber e conduz a uma certa visão sobre os eventos, visão que pode não ser a mais favorável para um conhecimento aprofundado e crítico<sup>16</sup>. O saber fica condicionado a um ponto de vista que domina toda uma construção de conhecimento, voltada para o estabelecimento de um discurso científico reconhecido e valorizado como pertinente.

Nos livros de história, o discurso sobre o Holocausto é apresentado de forma a estabelecer esta vontade de verdade, já que, como na própria apresentação desses manuais, é enfatizado que as informações contidas são verdadeiras, na tentativa de demonstrar o quanto os livros são fiéis no relato dos fatos. Esta exposição inicial confere aos discursos da história uma legitimidade e uma autoridade (in)contestáveis. Se os livros de história se apresentam com o discurso sobre a “verdade dos fatos”, ou seja, como o “discurso verdadeiro”, como desvendar aquilo que está encoberto em seu discurso? Como ter acesso mais amplo ao saber, já que eles explanam somente uma visão sobre os eventos?

Os discursos desses livros são formados por um conjunto de enunciados com proposições elaboradas de modo muito objetivo, relacionando apenas informações predominantemente sobre dados do número de mortos ou listagem dos campos de concentração. As descrições expostas são pretensamente objetivas e indiferentes ao drama vivido por prisioneiros e perseguidos no regime autoritário nazista. O discurso da história assim caracterizado é modelado por uma enumeração de métodos utilizados pelos nazistas para dificultar a condição de sobrevivência dos judeus na Alemanha:

As maiores vítimas do nazismo na Europa foram os judeus. (...) Há menos de um mês no poder, Hitler já começou a perseguição, decretando o boicote compulsório das lojas judaicas. Em seguida, não havendo reação, passou a decretar leis anti-semíticas cada vez mais drásticas: os judeus foram excluídos do funcionalismo civil e das profissões liberais, e, em 1935, expulsos da comunidade alemã<sup>17</sup>.

Neste enunciado, a maneira como a descrição é feita (sintaxe bem estruturada, norma culta, vocabulário elaborado) indica um total distanciamento em relação aos fatos, prevalece a objetividade e exclui-se um possível julgamento que pudesse demonstrar algum envolvimento emocional com a situação dos judeus. A objetividade não permite uma identificação das causas para a tomada de “leis” “drásticas”, nem o questionamento sobre a legitimidade das ações dos nazistas, dando aos fatos um caráter de naturalidade que os torna banais. Além disso, embora a topicalização do sujeito Hitler nas orações direcione o olhar para o agressor, este não recebe nenhuma rejeição: o discurso refere-se a ele como se refere a qualquer sujeito, ignorando todo o seu temperamento violento e odioso e toda a desumanidade de suas ações.

A caracterização desse enunciado permite colocar em pauta o princípio de inversão, através do questionamento àquilo que está afirmado, visto que as proposições do enunciado não devem ser reconhecidas como algo positivo e, sim, negativo. Na tentativa de subverter a ótica proposta pelo enunciado, cabem pelo menos estas questões: Se os judeus foram as maiores vítimas, quem são as outras? Hitler foi primeiro e único a perseguir os judeus? A limitação das condições de sobrevivência imposta aos judeus implicaram em que tipos de efeitos? Não houve reação dos judeus? Por quê?

Como conseqüências da exclusão social determinada aos judeus não são relatadas nem a posição dos perseguidos é colocada, o enunciado em questão conduz a outro ponto de análise. Trata-se do exame da descontinuidade do discurso da história. A ocultação de dados mais perti-

nentes sobre a quase total eliminação dos judeus e a ausência das vozes das vítimas (de seus discursos), que, por exemplo, poderiam expor uma visão diferenciada (e mais sensível) sobre essa catástrofe, colocam em relevo as lacunas do discurso. O não-dito e a incompletude do relato asseguram as rupturas do discurso. Além disso, tal caráter lacunar do discurso da história aponta a dominância de um discurso que se propõe a expor a versão corrente desse evento, versão que despreza totalmente a visão dos oprimidos e, por isso, torna-se ainda mais parcial, contrapondo-se à vontade de verdade a que o discurso da história se propõe.

Pelo princípio de inversão e de descontinuidade, examinamos como o discurso da história encontrado nos livros analisados preza por um determinado aprendizado e conhecimento de seus leitores, conduzindo a uma perspectiva limitada sobre esse evento. Isso diminui a percepção da complexidade e da monstruosidade do processo, tornando precárias as condições para reflexão e compreensão das ações e circunstâncias históricas que deram origem ao massacre.

Conforme aponta o próprio autor de um livro de História, a exposição dos fatos do contexto histórico é sempre feita de modo a priorizar a objetividade<sup>18</sup>, apresentando de modo sintético e técnico informações sobre os principais acontecimentos. No caso do extermínio dos judeus, a preocupação maior parece ser a de expor o número de mortos e não a de relatar as formas de tortura e violência que levaram os perseguidos à morte. No enunciado a seguir, a frieza com que os dados numéricos são colocados contrasta com o impressionante número de judeus mortos no Holocausto, conduzindo a uma dissonância entre a estrutura do relato e o fato relatado:

Numa progressão paranóica, culminou com a determinação de extermínio puro e simples, feito de forma sistemática e científica. Não se pode garantir com exatidão o número dos judeus mortos nos campos de concentração; cálculos oficiais garantem que de 5 a 6 milhões foram eliminados, sem incluir nessa cifra os que morreram de fome e doença nos guetos. Mais de 2/3 dos judeus da Europa foram mortos. Segundo dados oficiais, somente em Auschwitz 22 mil judeus foram eliminados e cremados em apenas três dias.<sup>19</sup>

O emprego da voz passiva ou da forma impessoal do verbo em proposições aumenta o grau de indeterminação dos sujeitos da história, pois ocultam os agentes. Esta estrutura discursiva faz com que o enunciado demonstre uma ausência de comprometimento com os fatos relatados, visto estar camuflada a intenção de ocultar quem foi o responsável por tais ações. Além disso, a tentativa de deixar claro que os dados são verdadei-

ros (“cálculos oficiais” e “Segundo dados oficiais”) indica a vontade de verdade, a (pretendida) exatidão e autenticidade das informações. Isso é uma estratégia para consolidar esse discurso como verdadeiro, já que ignora quaisquer outros que pudessem contestar a validade de suas proposições.

Ao se manifestar como discurso verdadeiro, dando um significado peculiar ao evento de que fala, este discurso ainda impõe uma violência à letra, mostrando como ele está corrompido ao dar significado aos fatos, um sentido que, como vimos, é parcial. Colocamos então o princípio de especificidade em xeque. De que forma este discurso violenta o significado da perseguição aos judeus? Através de uma abordagem superficial, que não expõe nem as relações de causa e efeito, nem a explicação dos modos de extermínio, nem a repressão e a brutalidade dos nazistas, etc.

O anúncio da “solução final” é apresentado nos livros com uma objetividade tão direta que impede que a singularidade e a desumanização da ação nazista seja colocada em discussão; os relatos não deixam transparecer um mínimo grau de intolerância com o “extermínio total”, fazendo-os parecer naturais. Em um enunciado, isso pode ser percebido pela descrição das “leis” impostas para a perseguição dos judeus e pela declaração simples e direta da “direção tomada” para a eliminação do povo judaico:

Os judeus tiveram decretada sua ‘incapacidade legal permanente’, o que os tornava presas fáceis de perseguições de toda ordem. Outras leis foram posteriormente impostas, excluindo os judeus do voto, das atividades comerciais e industriais, confinando-os e expulsando-os do país. A direção tomada foi a ‘solução final’, isto é, o extermínio total dos judeus a partir de 1941, depois do ataque à União Soviética<sup>20</sup>.

Novamente nos deparamos com a necessidade de olhar para esse enunciado criticamente, abandonando uma postura passiva sugerida pelas proposições e questionando os valores que estão por trás dessa formação discursiva. Por que a referência à solução final é quase apagada? Será que ela foi uma simples “tomada de decisão”? Por que não relacionar a esta medida as formas utilizadas para o extermínio? Elas são insignificantes e, portanto, não merecedoras de atenção? Que razões devem justificar a opção por referir apenas as restrições de ordem civil, econômica e financeira impostas aos judeus?

É comum que os discursos dos livros de História apresentem apenas uma enumeração dos campos de concentração em que os nazistas detinham seus perseguidos. Nesses casos, a menção sobre estas áreas de

extermínio constitui-se somente de uma pequena citação dos principais campos, não havendo nenhuma explicação sobre o funcionamento dessas prisões e sobre as formas usadas para matar os prisioneiros. O enunciado a seguir exemplifica essa afirmação. A forma como foi composto não permite que um leitor desinformado sobre o Holocausto entenda o que foi um campo de concentração, já que não é estabelecida uma relação direta entre os métodos para extermínio e os lugares utilizados para a matança: “Os judeus (...) foram vítimas de uma exterminação sistemática nos chamados ‘campos de concentração’ dentre os quais, ficaram tristemente famosos Dachau e Buchenwald.”<sup>21</sup> Os apóstrofes usados na proposição para mencionar os campos de concentração indicam uma ausência de referências claras e explicações mais precisas sobre os lugares de extermínio. A omissão quanto à caracterização desses ambientes mortuários representa mais um ponto lacunar do discurso da história. A partir desse silenciamento, somos levados a investigar o contexto em que tais discursos foram produzidos. A análise agora se volta para o princípio de exterioridade.

Os livros analisados neste trabalho foram publicados nos anos 70 e 80 (embora alguns exemplares sejam das últimas décadas, a primeira publicação ocorreu nesta época), período caracterizado pela censura e repressão da Ditadura Militar no Brasil. Em um texto sobre os “melhoramentos” ocorridos na Educação, Gustavo Capanema declara explicitamente que durante o governo Vargas havia uma rígida fiscalização dos livros escolares: “Instituiu-se um seguro regime de vigilância do livro didático, para o fim de torná-lo de boa qualidade e de vedar a utilização de maus e perniciosos, para o que se criou a Comissão Nacional do Livro Didático.”<sup>22</sup> E, de fato, os livros examinados foram recomendados pelo Ministério da Educação.

Considerando então que era o Estado que controlava e selecionava o material dirigido às escolas, é possível defender a hipótese de que o discurso da história nesses livros apresentava somente informações que interessavam ao Governo, pois este não admitia a circulação de livros que dispusessem materiais contrários à ideologia do Estado ou que fornecessem dados que colocassem em risco a supremacia do Governo. “Vedar a utilização de maus e perniciosos” era, portanto, a estratégia usada para omitir informações e manipular a opinião pública, especialmente a dos estudantes que teriam maior contato com esses livros.

Além disso, é importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que o governo implantava um sistema para o controle dos livros didáticos, lançava o Instituto Nacional do Livro, que era “destinado à publicação de obras raras e preciosas, e à criação e amparo de bibliotecas populares em todo o

país”<sup>23</sup>. Assim o Governo criava uma imagem de Estado preocupado com processo de educação cultural, pois incentivava a leitura com a publicação de livros e melhorias dos acervos das bibliotecas, mas, na verdade, esse era um meio de exercer forte controle à cultura e à formação do leitor. Com esse mesmo interesse é que o ensino de filosofia foi banido por lei do curso secundário nos anos 70, medida que procurava impedir a juventude de construir uma “postura crítica característica da reflexão filosófica”, conforme chama atenção Laura Sampaio<sup>24</sup>, numa exposição acerca da produção intelectual de Foucault e sua recepção nos estudos de filosofia.

A repressão e o autoritarismo do período militar nos direcionam a constatar que a proibição da expressão, a palavra proibida na expressão de Foucault, é outro procedimento de controle que está disfarçado na produção dos discursos da história, tal como estes se apresentam nos materiais examinados. A censura instaurada impedia que os sujeitos tivessem liberdade para dizer aquilo que queriam ou manifestar seus posicionamentos, especialmente se algum discurso criticasse algum plano do governo ou denunciasse o seu aparato de terror. As circunstâncias não permitiam que “discursos de esquerda” alcançassem grande repercussão ou que induzissem a tomadas de reflexão crítica pela sociedade. A voz então só era dada àqueles que não acarretassem nenhum tipo de incômodo aos chefes de Estado.

Esses procedimentos fizeram com que somente alguns sujeitos ganhassem direito de produzir discursos, ou seja, só alguns atendiam às regras e condições impostas para ter acesso ao discurso. Isso também limitava o contato com diferentes tipos de discurso, já que somente os aceitos pelo regime tinham circulação garantida. Eis o processo de rarefação do sujeito desvendado.

Deparamo-nos com um discurso dominante que tenta sufocar o dos dominados a fim de manter o poder por meio de um discurso “neutro”, “objetivo”, “imparcial”, que é consciente de suas estratégias de controle. O caráter eminentemente objetivo do discurso da história pressupõe uma vigilância constante quanto aos modos de pensar e agir daqueles que absorvem o seu discurso, sendo este essencial para a manutenção do poder e do funcionamento do Estado.

Embora o discurso da história que analisamos tematize o Holocausto, um evento que não aconteceu no Brasil, o contexto brasileiro permite que tal aproximação possa ser feita, já que o regime militar imposto em nosso país em muito se assemelha ao regime nazi-fascista europeu: ambos são extremamente violentos e autoritários, exercem poder e repressão a qualquer custo, eliminam tudo o que vai de encontro aos seus interesses, impedem o exercício pleno da cidadania, proíbem a livre expressão, etc. Além

disso, o regime brasileiro demonstrava grande simpatia pelo regime totalitarista europeu.

Com base nesse contexto político-social, podemos reconhecer mais claramente a relação entre poder e saber, associando os procedimentos de controle do discurso apontados por Foucault. Os métodos de análise já nos fizeram perceber algumas formas de exclusão do discurso. No entanto ainda cabem outras considerações.

#### PARA ALÉM DO CONTROLÊ DA PRODUÇÃO DO DISCURSO: A HISTÓRIA OFICIAL SOB SUSPEITA

A vontade de verdade reconhecida nos discursos da história, além de apresentar um discurso pretensamente verdadeiro e inquestionável, acarreta também a exclusão de outros discursos, considerados impertinentes se opusermos razão (discurso verdadeiro) e loucura (discurso falso). É nesse sentido que nos referimos anteriormente aos discursos das vítimas do Holocausto recolhidos por Steven Spielberg no filme *Os sobreviventes do holocausto*, ou aos discursos literários que também fazem alusão a este episódio histórico. Esses são apenas dois exemplos, e o que dizer, então, dos discursos das mães que perderam seus filhos, dos filhos que ficaram sem mãe, dos homossexuais que foram perseguidos, dos negros que se tornaram prisioneiros porque poderiam “contaminar” a raça ariana? Estes discursos, por não alcançarem legitimidade, são excluídos ou silenciados.

O processo de controle dos discursos da história apresentados nos manuais didáticos acarretou a eliminação do caráter trágico do evento histórico. A brutalidade das formas de extermínio e a falta de uma razão consistente para a realização das atrocidades são simplesmente ocultadas, colocando-se em primeiro plano data e números que pretendem ser elucidativos e explicativos, mas que, na verdade, constituem um falseamento da realidade ou uma postura parcial na exposição de informações.

Além disso, esse discurso conduz a um deslocamento da percepção do processo histórico, político, e social, já que o problema é analisado de um ângulo que privilegia traços secundários. O saber construído a partir do contato com esses discursos é, conseqüentemente, superficial e limitado, porque a representação da história através desses discursos reduz o processo do Holocausto a um evento social e politicamente não-problemático. A visão de mundo que perpassa sob esse discurso da história é marcada

por uma visão dominante que pretende ser verdadeira e objetiva, sufocando a posição da classe oprimida, daqueles que sofreram violentamente a repressão. Como aceitar uma perspectiva em que o olhar volta-se para o dominador, excluindo a grande maioria, os dominados?

Como a visão de mundo subjacente aos discursos dos manuais de história revela-se unilateral, parcial e indiferente a vozes que ficaram silenciadas ou impedidas de se pronunciar ao longo da história, surge a necessidade de se questionar a própria história desses discursos. Estes alegam apresentar a história oficial, que contém os fatos verídicos e os relata com pura fidelidade. Um discurso que recupera parcialmente os fatos e não expõe uma interpretação plausível sobre os eventos, colocando-se à distância das ações nazistas e negando o acesso a um saber mais amplo sobre esse processo histórico, pode abarcar a história? É preciso pôr em questão o dogma da neutralidade e da fidelidade da história. A construção do discurso da história tal como analisamos assinala a necessidade de se reescrever a história como algo não evolutivo e fragmentário, uma concepção de história defendida por Foucault e pelos teóricos da Escola de Annales que fundaram a chamada Nova História.

A História Nova volta-se para a história do cotidiano e do concreto e procura abarcar as diferenças das experiências históricas sob o prisma da multiplicidade de enfoques, contrariando a perspectiva da historiografia positivista tradicional baseada nos princípios de evolução e linearidade. Essa corrente teórica ampliou o campo de observação do historiador ao incorporar um conjunto de ciências humanas (antropologia, psicanálise, sociologia, etc) e métodos quantitativos para análise dos objetos e documentação serial, o que, na visão de Jean-Claude Schmitt, um dos membros do grupo de pesquisadores dessa corrente, obrigou o historiador “a colocar o problema dos excluídos e dos mudos da história tradicional”<sup>25</sup>. Como Jacques Le Goff enfatiza, uma das tarefas da História Nova é “delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram.”<sup>26</sup> Na construção dessa nova história, os estudiosos permitem a consideração de todos os documentos legados pelas sociedades, podendo ser incluídos documentos artísticos e literários.

A inserção de outras vozes e de outros discursos, reclamada pelo Grupo da História Nova é que proporcionaria uma percepção mais totalizante e significativa acerca do processo histórico, o que eliminaria o esvaziamento de sentido dos discursos da história oficial e oportunizaria uma reflexão crítica sobre essa catástrofe do século XX. Essa abertura a diferentes documentos seriais proposta possibilita a percepção das rela-

ções entre discursos e o cotejo do discurso da história sobre o Holocausto com o discurso literário sobre este mesmo tema renderia uma pesquisa produtiva, sabendo-se dos textos de escritores brasileiros e estrangeiros que se dedicaram a representar tal experiência histórica, como Caio Fernando Abreu e Primo Levi. O conhecimento aprofundado das ações cometidas pelos nazistas contra judeus, negros, ciganos, homossexuais é fundamental para que se forme uma consciência crítico-social a respeito desse e de outros fatos que causaram milhares de mortes e sofrimento a pessoas em todo o mundo. E esse tipo de reflexão pode partir da análise do discurso literário e da história, por exemplo. Maria Luísa Tucci Carneiro ressalta a importância do estudo desse massacre para a conscientização, “pois alerta a comunidade para não cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado” e alerta “sobre as conseqüências catastróficas dos regimes totalitários e o perigo das idéias racistas.”<sup>27</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Foucault compreende episteme como forma de pensamento, camada de conceitos que sustentam uma determinada área do saber e que correspondem a momentos distintos do pensamento no decorrer da história.

<sup>2</sup> MERCHIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 127.

<sup>3</sup> SMART, Barry. *Michel Foucault*. London and New York: Routledge, 1995. p. 54.

<sup>4</sup> MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

<sup>5</sup> Para Foucault, “as *palavras* ficam tão deliberadamente ausentes quanto as *coisas* elas mesmas” e a arqueologia é “uma tarefa que consiste não mais – em tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos sobre os quais falam” (FOUCAULT, *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 66-7).

<sup>6</sup> FOUCAULT, op. cit. p. 153-4. Conforme nota nº5

<sup>7</sup> BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 28.

<sup>8</sup> MERQUIOR, op. cit. p. 122. Conforme nota nº2.

<sup>9</sup> FOUCAULT, op. cit., p 115. Conforme nota nº5.

<sup>10</sup>Id. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 8-9.

<sup>11</sup>Id. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6. ed.

São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 4.

<sup>12</sup>Id., op. cit., p. 17. Conforme nota nº10.

<sup>13</sup>Ibid., p. 28.

<sup>14</sup>MERCHIOR, op. cit., p. 128. Conforme nota nº2.

<sup>15</sup>FOUCAULT, op. cit., p. 37. Conforme nota nº10.

<sup>16</sup>Eni Orlandi (1987) defende a idéia de que o discurso do livro didático, tal como se apresenta atualmente, é predominantemente autoritário. Para a pesquisadora, no discurso autoritário há um “agente exclusivo do discurso”, que impõe a verdade, não dá margem para contestação e não permite que o interlocutor se posicione, sendo, portanto, contida a polissemia e a possibilidade de leituras diferenciadas. Estas reflexões vão ao encontro do que Foucault chama de vontade de verdade. ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1987.

<sup>17</sup>ARRUDA, José Robson de Andrade. *História moderna e contemporânea*. 13. ed. São Paulo: Ática, 1981. p. 356-7.

<sup>18</sup>“Na exposição, tomamos cuidados especiais com a precisão e a objetividade.” (ARRUDA, op. cit., p. 5. conforme nota nº17)

<sup>19</sup>ARRUDA, op. cit., p. 357. Conforme nota nº17.

<sup>20</sup>NADAI, Elza & NEVES, Joana. *História geral*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. p. 235.

<sup>21</sup>MAIOR, A. Souto. *História geral*. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p. 406.

<sup>22</sup>CAPANEMA, Gustavo. Algumas notas sobre o problema da Educação e da Saúde no governo Getúlio Vargas. In: SCHWARTZMANN, Simon. (org). *Educação: Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Ed. UNB, 1983. p. 358.

<sup>23</sup>Ibid. p. 358.

<sup>24</sup>SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. A temática saber/poder em m. Foucault. *Cadernos de Filosofia*. Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae. Ano 1. nº 1. 1994.

<sup>25</sup>SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: \_\_. LE GOFF, Jacques (org). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 262.

<sup>26</sup>LE GOFF, Jacques (org). As tarefas da História Nova. In: \_\_. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 54.

<sup>27</sup>CARNEIRO, Maria Tucci. *Holocausto: crime contra a humanidade*. São Paulo: Ática, 2000. p. 5.